

DFPC

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS



A nova governança para o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados





MISSÃO DO EXÉRCITO



Constituição Federal de 88

**Art. 21. Compete à União:
(...)**

**VI - autorizar e fiscalizar a
produção e o comércio de
material bélico;**



MISSÃO DO EXÉRCITO



**Artigo 24 da Lei 10.826,
de 22 de dezembro de 2003**

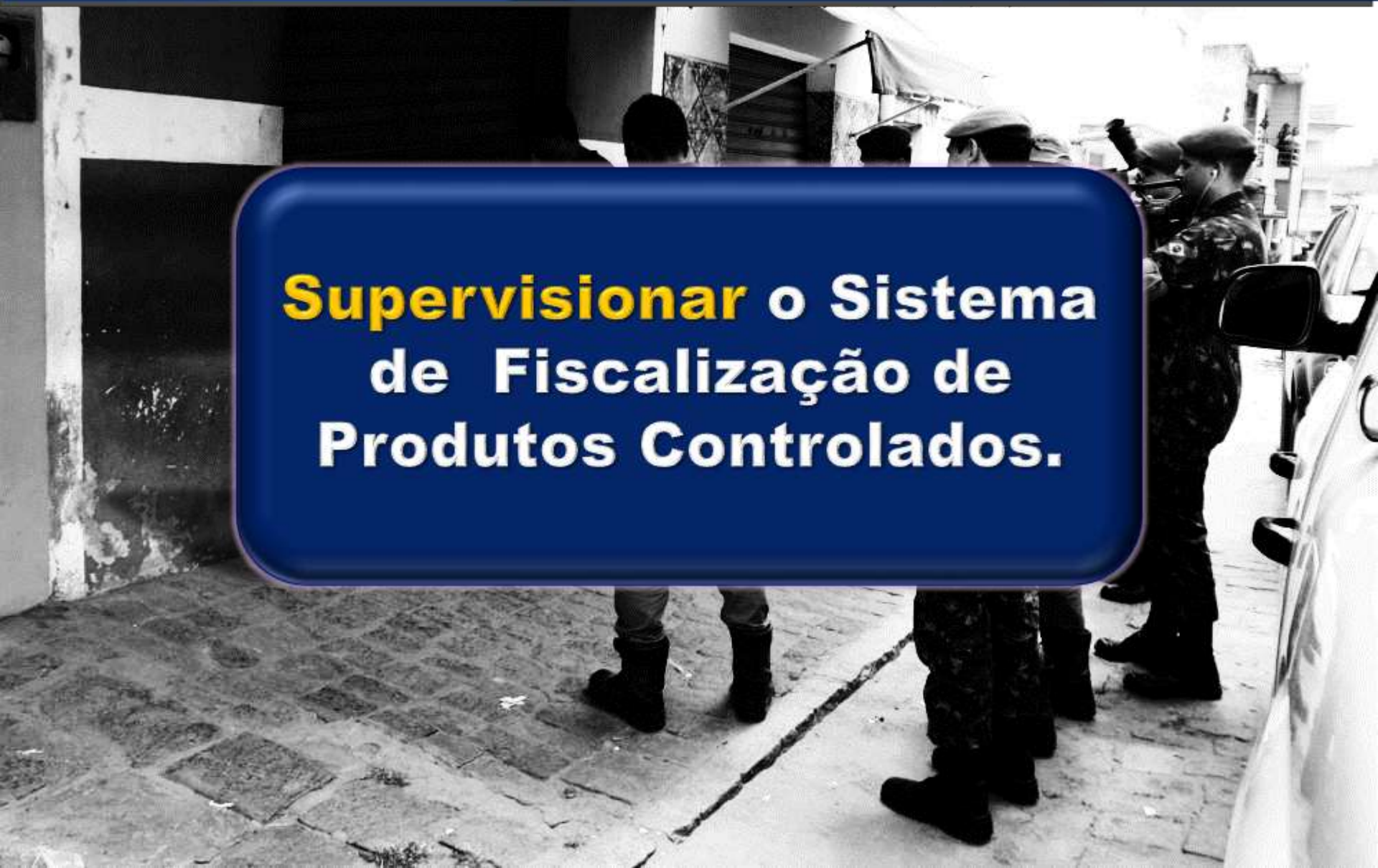
“compete ao **Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.”**



MISSÃO - SÍNTESE DA DFPC

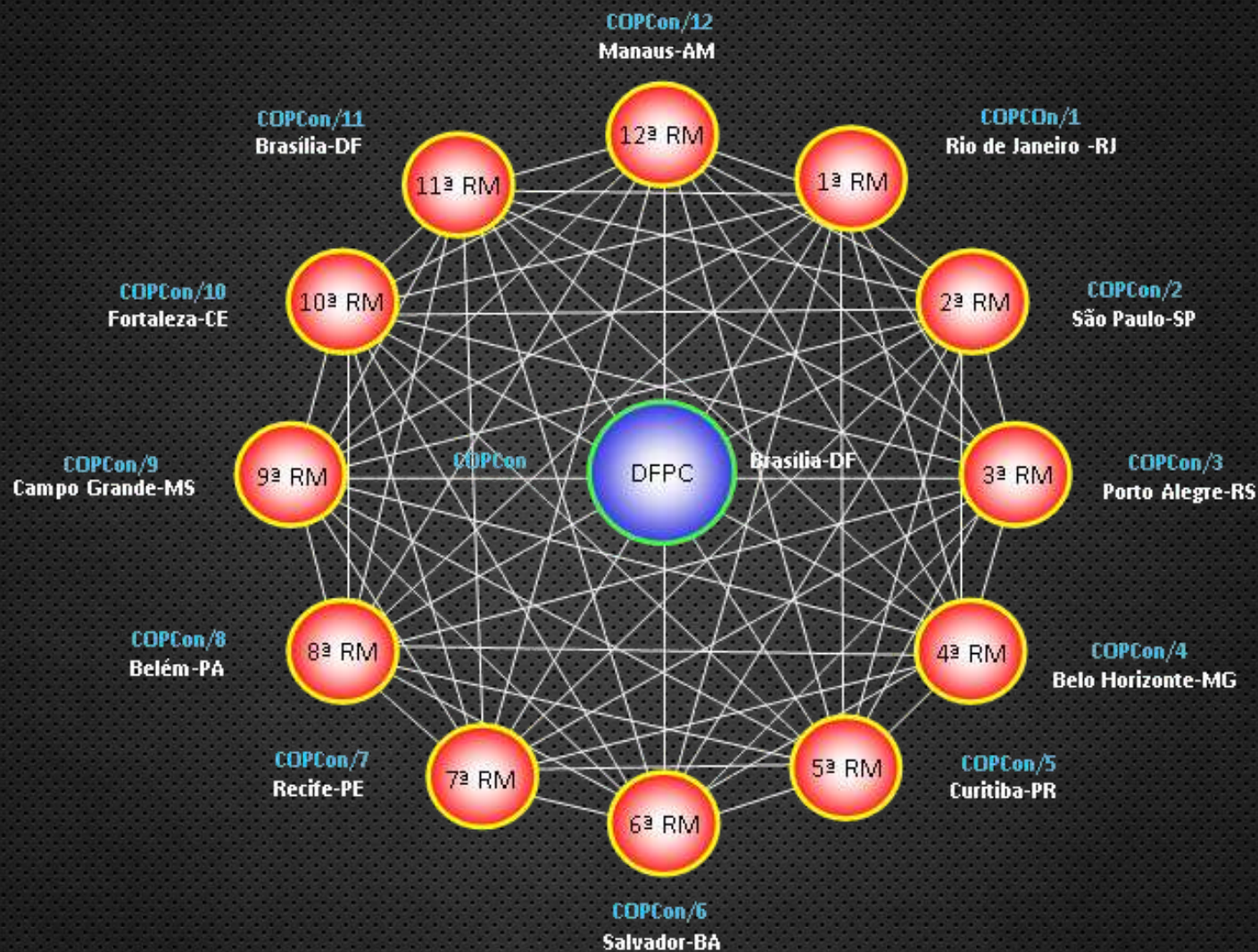


Supervisionar o Sistema
de Fiscalização de
Produtos Controlados.



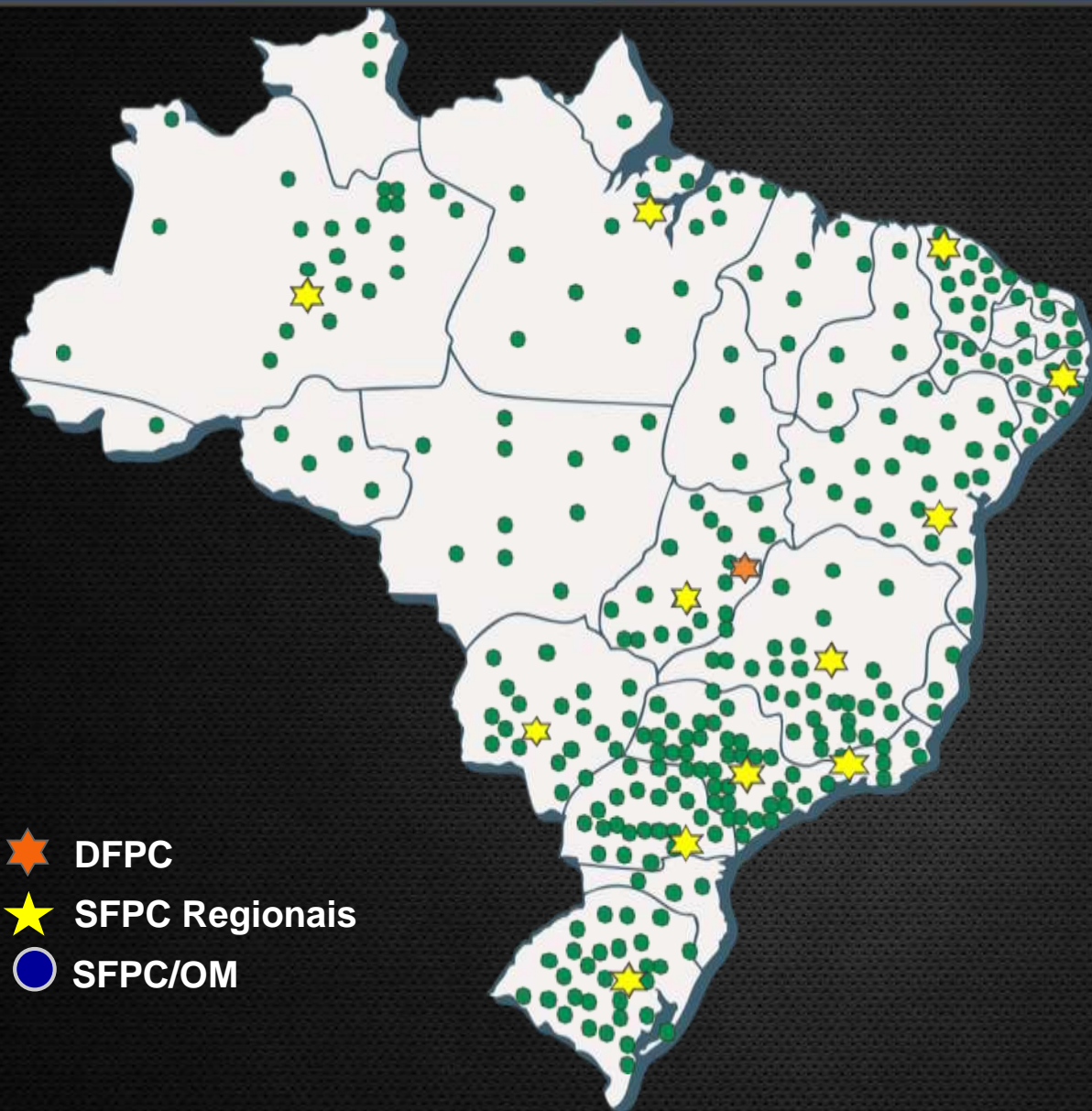


SisFPC





CAPILARIDADE DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO



- ★ DFPC
- ★ SFPC Regionais
- SFPC/OM

EXÉRCITO BRASILEIRO

Comandos Militares de Área

Regiões Militares

Unidades Operacionais

Circunscrições de Serviço Militar

Delegacias de Serviço Militar

ORGANIZAÇÕES MILITARES

Mais de 300

AUXILIARES DA FISCALIZAÇÃO

Polícias Militares

Polícias Cíveis

Polícia Federal

Polícia Rodoviária Federal

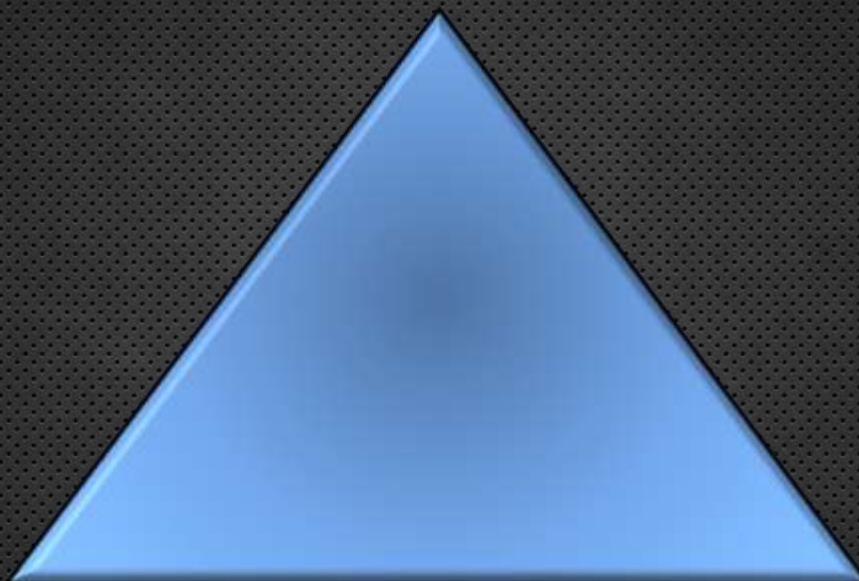
(Art 22 do Decreto 3.665/00)



IMPACTOS DA MISSÃO DO SisFPC



ESTADO

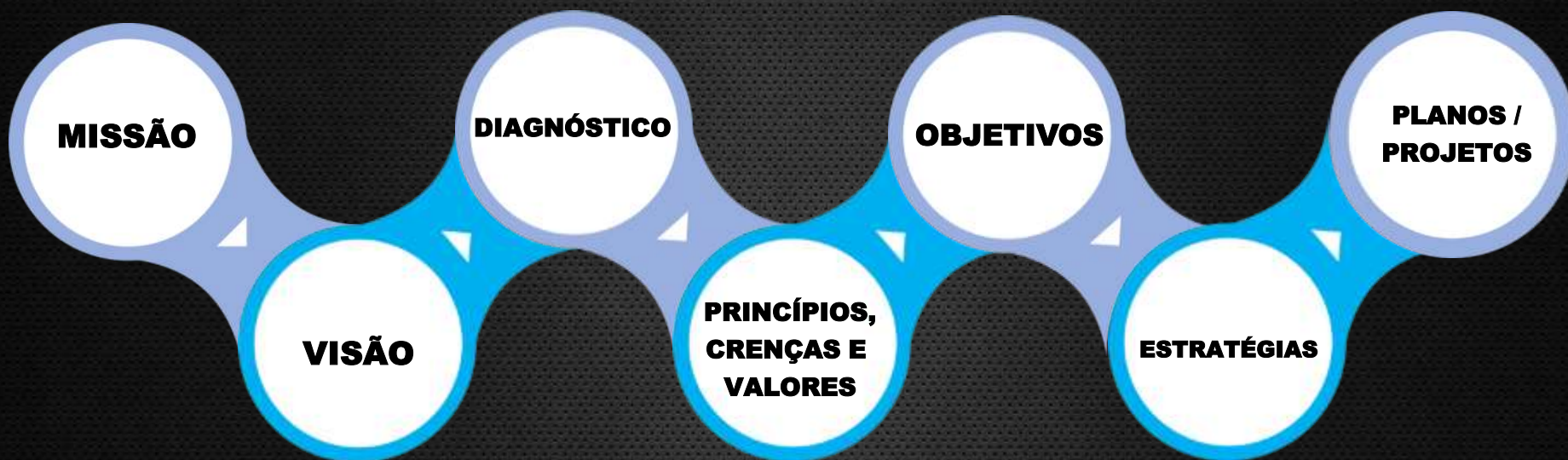


SOCIEDADE

REGULADOS



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO





MAPA ESTRATÉGICO DO SisFPC



Missão-Síntese

Supervisionar o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.

Visão de Futuro

Até 2022, por meio de um processo de transformação, ser capaz de supervisionar, com total efetividade, as atividades de fiscalização de produtos controlados com agilidade, qualidade e transparência, de modo a ser reconhecida pela sociedade como instituição essencial para garantir a segurança nacional e a tranquilidade pública.

EXÉRCITO

OFPC 01

Prosseguir na Implantação do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.

USUÁRIO

OFPC 04

Assegurar aos usuários do SisFPC a prestação de um serviço de qualidade, fortalecendo a imagem do Exército Brasileiro.

OFPC 03

Regulamentar as atividades de pessoas físicas e jurídicas referentes ao trabalho com produtos controlados.

OFPC 07

Incrementar a integração com os órgãos auxiliares do SisFPC e outros órgãos governamentais.

PROCESSOS INTERNOS

OFPC 02

Fiscalizar, orientar e controlar as atividades exercidas por pessoas físicas e jurídicas, que envolvam produtos controlados pelo Exército, contribuindo para a sensação de segurança da Sociedade Brasileira.

OFPC 05

Garantir uma eficiente gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

PESSOAS E CONHECIMENTO

OFPC 06

Aperfeiçoar a gestão de pessoas, valorizando e capacitando os integrantes do SisFPC.



Efetividade, eficácia e eficiência

Transparência

Participação

Orientação para o usuário

Gestão de riscos

Accountability



PLANOS, PROJETOS e AÇÕES





OPERAÇÕES FPC





DPOL 04 / 2016 – PLANO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO 2017



Estabelece procedimentos para o planejamento das Op FPC em 2017

Estabelece procedimentos para a capacitação de militares e civis nas Op FPC

Define as Op FPC centralizadas pelo COLOG em 2017

Define metas de fiscalização para 2017

Define procedimentos para a orçamentação das Op FPC em 2017



Orienta ações dos diversos agentes (DFPC, SFPC, empresas) no caso de:

Ocorrências com explosivos, agentes químicos e produtos correlatos (furto, roubo, acidentes, incidentes)

Ocorrências com armas e munição (furto, roubo, perdas)

Localização de PCE abandonado

Falhas no desempenho de PCE – desconformidades com ReTEx



Explosão em Bocaiúva do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba



LEGISLAÇÃO



O Novo Decreto de Fiscalização de Produtos Controlados



SisFPC
Você Pode Confiar!



Novo Decreto de Fiscalização de Produtos Controlados



AGILIDADE

DESBUROCRATIZAÇÃO

TRANSPARÊNCIA

**APERFEIÇOAMENTO DOS
CONTROLES**



Portarias e Instruções Técnico-Administrativas



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO LOGÍSTICO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS
(DFPC/982)

INSTRUÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA Nº 06, de 02 de junho

Regula procedimentos para a de Verificação Sumária (VS) comunicados à Administração que indiquem desconformidade de Controlado pelo Exército (PC Relatário Técnico Ex (ReTex) respectivo.

O DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS das atribuições que lhe conferem os incisos II, VI e IX do art. 28 do Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados, aprovado pelo Decreto nº 3.663, de 11 de novembro de 2000, o art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e cons

- o princípio da eficiência da Administração Pública, que impõe a celeridade e a objetividade;

- o princípio da transparência;

- o exercício da função de controle;

- a necessidade de resguardar o interesse público, nos campos da segurança e da tranquilidade públicas, bem como salvaguardar o desenvolvimento da Nação;

- o previsto no art. 2º, § 4º das Instruções Gerais para Elaboração de Sindicatos do Exército (EB10-IG-09.001), aprovadas pela Portaria nº 107, de 1º de fevereiro de 2012; e

- a necessidade de regular os procedimentos para a realização de verificações advindas da comunicação de fatos que tratam de possível desconformidade de seu respectivo ReTex.

RESOLVE:

Página 1 de 4



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO LOGÍSTICO
DEPARTAMENTO MARECHAL FALCONIERI

PORTARIA Nº 61 - COLOG, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
EB: 0001019.00009198/2016-60

Altera a Portaria nº 51- COLOG, de 8 de setembro de 2015, que dispõe sobre normatização administrativa de atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça, que envolvam a utilização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).

O COMANDANTE LOGÍSTICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 14 do Regulamento do Comando Logístico, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO LOGÍSTICO
DEPARTAMENTO MARECHAL FALCONIERI

PORTARIA Nº 50 - COLOG, DE 21 DE JULHO DE 2016.
EB: 0001019.00008394/2016-40

Altera e revoga dispositivo da Portaria nº 03-COLOG, de 10 de maio de 2012, que aprova as normas relativas as atividades com explosivos e seus acessórios.

lhe conferem o inciso IX do Comandante do Exército Fiscalização de Produtos Controlados de 2000; e de acordo com o

2, passa a vigorar com a

META DE REDUÇÃO DE NORMAS

1 - Inclusão dos artigos 26-A e 102-A e dos anexos K e L:

"Art. 26-A. Poderá ser apostilado um segundo endereço de acervo de coleção, tiro desportivo ou caça, localizado na área da Região Militar de vinculação ou na de outra RM."

"Art. 102-A. As entidades de administração de tiro desportivo podem adquirir, em caráter excepcional, munições para realização de competições internacionais de tiro desportivo.

§1º A solicitação para aquisição de munição deve ser encaminhada à RM onde ocorrerá o evento, conforme anexo K, desta portaria.

§2º A munição adquirida deve ser consumida no local da competição. As munições não utilizadas deverão ser devolvidas ao fornecedor na sua integralidade, não sendo permitido o repasse a quaisquer pessoas.

§3º A entidade de tiro adquirente da munição deve remeter, em até cinco dias úteis após a competição de tiro, uma via do relatório de consumo (anexo L) à RM onde ocorreu o evento e manter outra via em arquivo para consulta da fiscalização de PCE, por até cinco anos.

17

"Art. 37. As pessoas autorizadas a exercerem atividade com explosivos e seus acessórios devem comunicar ao Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da Região Militar (SFPC/RM) de vinculação as ocorrências de furto, roubo, perda, extravio, desvio ou recuperação de explosivos e acessórios de sua propriedade ou posse, em até vinte e quatro horas após a ciência do fato."

§5º Os dados das ocorrências de que trata caput são:

I - data e local;

II - fabricante;

III - proprietário do material;

IV - tipo do produto;

V - identificação individual seriada dos produtos;

VI - quantidade;

VII - tipo de ocorrência;



PESSOAL



SELEÇÃO

CAPACITAÇÃO

CONTROLE



CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS INTEGRANTES DO Sis FPC



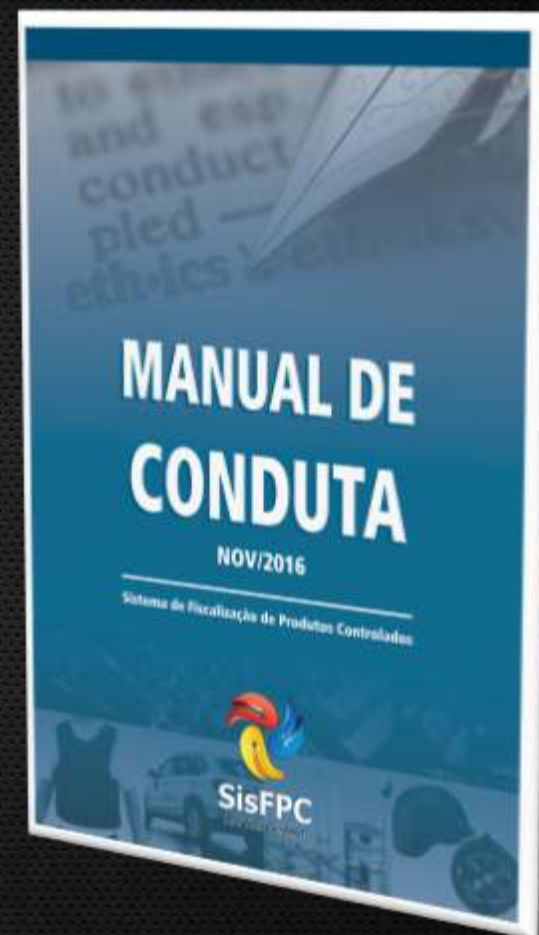
DEFINE VALORES E PRINCÍPIOS

ALINHA PROCEDIMENTOS

DEFINE CONFLITO DE INTERESSES

REDUZ AMBIGUIDADES

PRESERVA A IMAGEM DA INSTITUIÇÃO



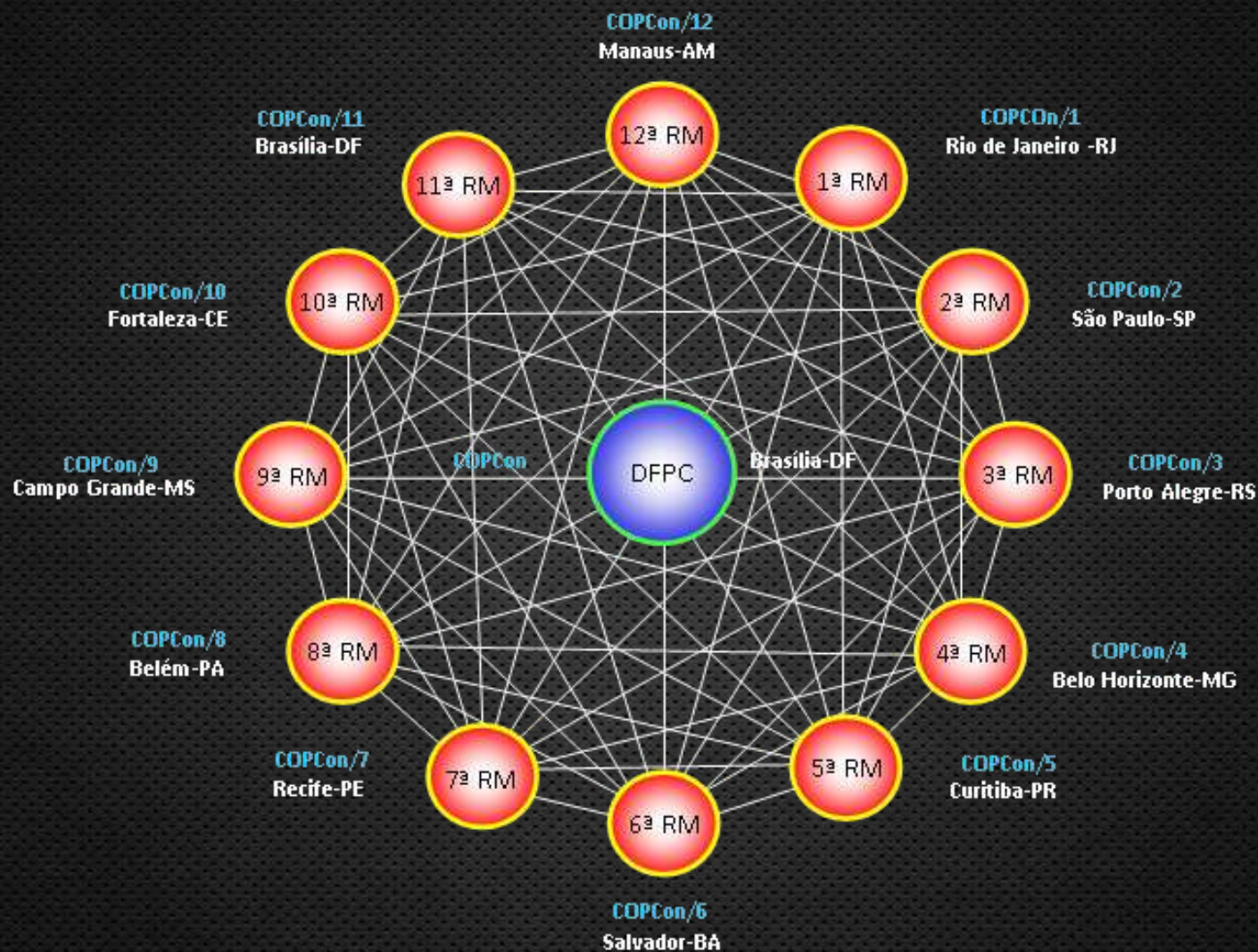


ESTRUTURA





SisFPC





IG - Fiscalização de Produtos Controlados

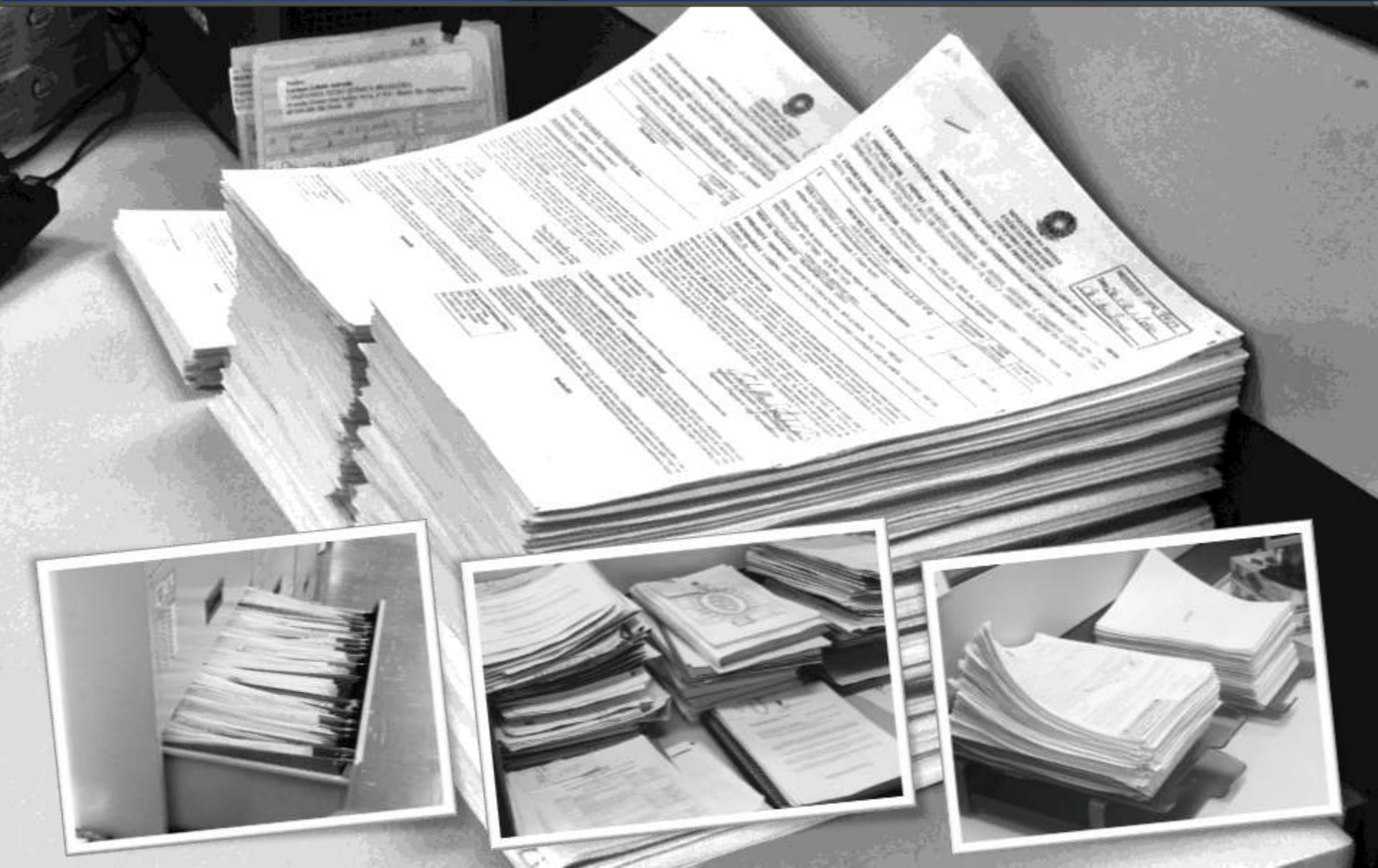


ESTRUTURA DO SISTEMA

ATRIBUIÇÕES



PROCESSOS





MAPEAMENTO E REVISÃO DE PROCESSOS



Regulação

Autorização

Fiscalização

**Atv
referentes
a PCE**



NOVOS PROCESSOS NO COMÉRCIO EXTERIOR



SISCOMEX

**Organizações Econômicas
Autorizadas**



NOVO PROCESSO DE REGISTRO



Simplificação – CR e TR

Simplificação de atividades

Renovação de registro

Ênfase na fiscalização

Auto-verificação



NOVA ESTRUTURA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PCE



Rede de laboratórios acreditados

INMETRO

Manutenção do registro



SISTEMA NACIONAL DE RASTREAMENTO



Informação gerencial

Controle logístico

Marcação e identidade única

Rastreabilidade forense



POLÍTICA DE IMPORTAÇÃO / EXPORTAÇÃO DE PRODE



Responsabilidade do MD

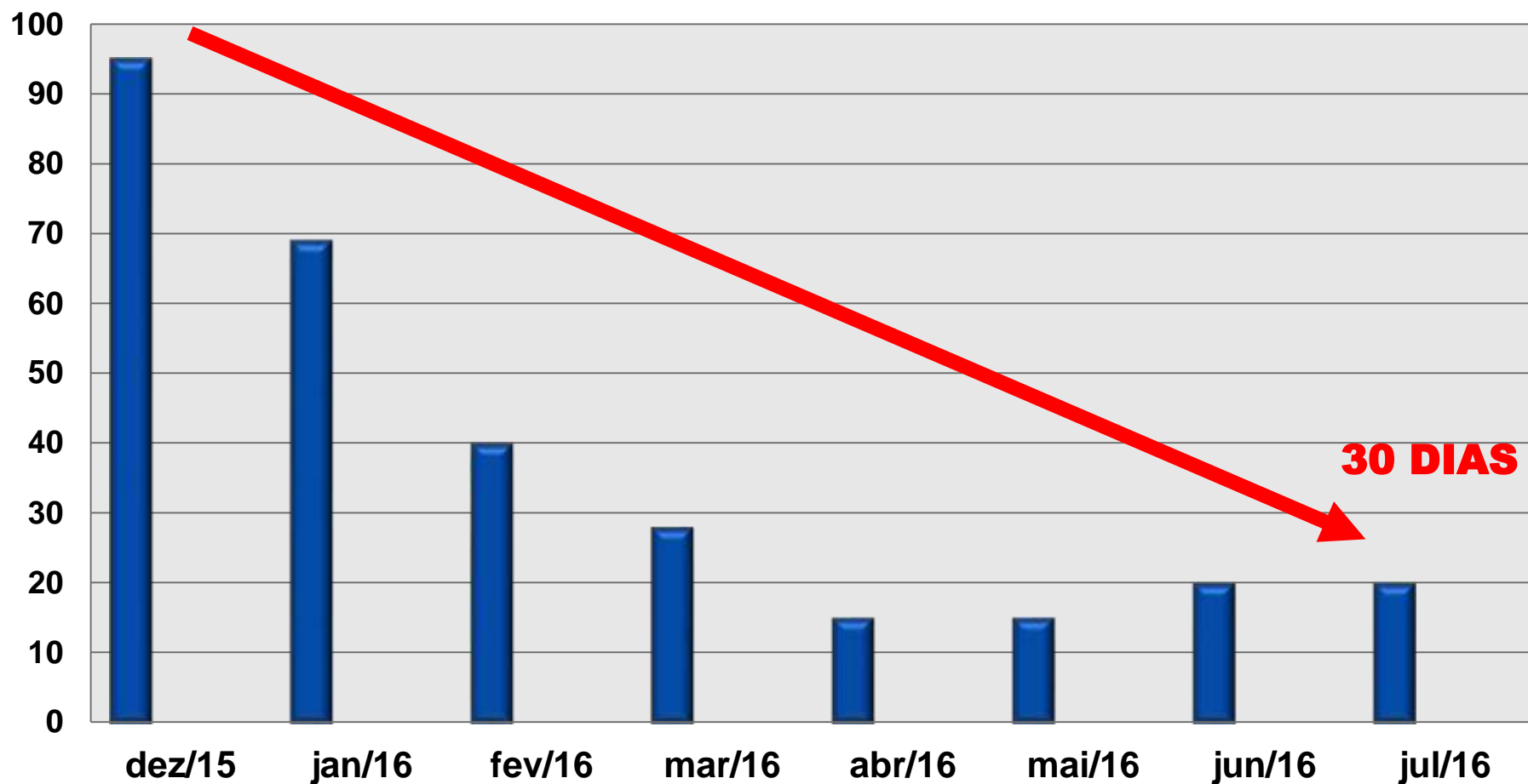
Anuência de pessoas



INFORMAÇÕES GERENCIAIS

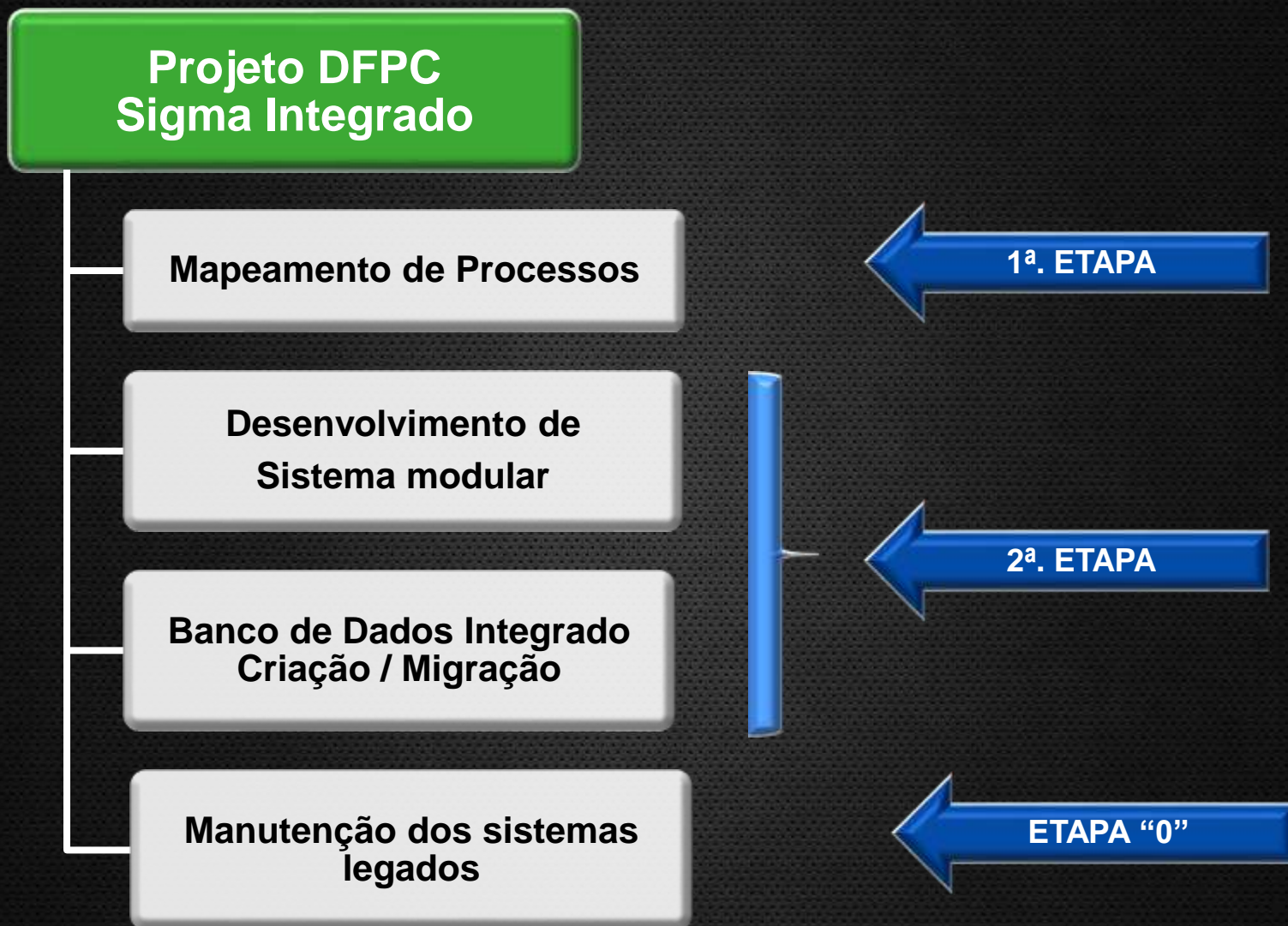


TEMPO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS





CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TI





CONTROLE SOCIAL – CONSELHO CONSULTIVO DA FPC



Planejamento estratégico

Acompanhamento do desempenho

Elaboração de legislação

Governança do SisFPC

Implementação de planos e projetos



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA



Infrações simples

Negociação

Redução custos administrativos

Fortalece os laços de confiança

Responsabilidade



RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Atendimento ao Usuário do Sistema

Atendimento On-line



Atendimento Telefone

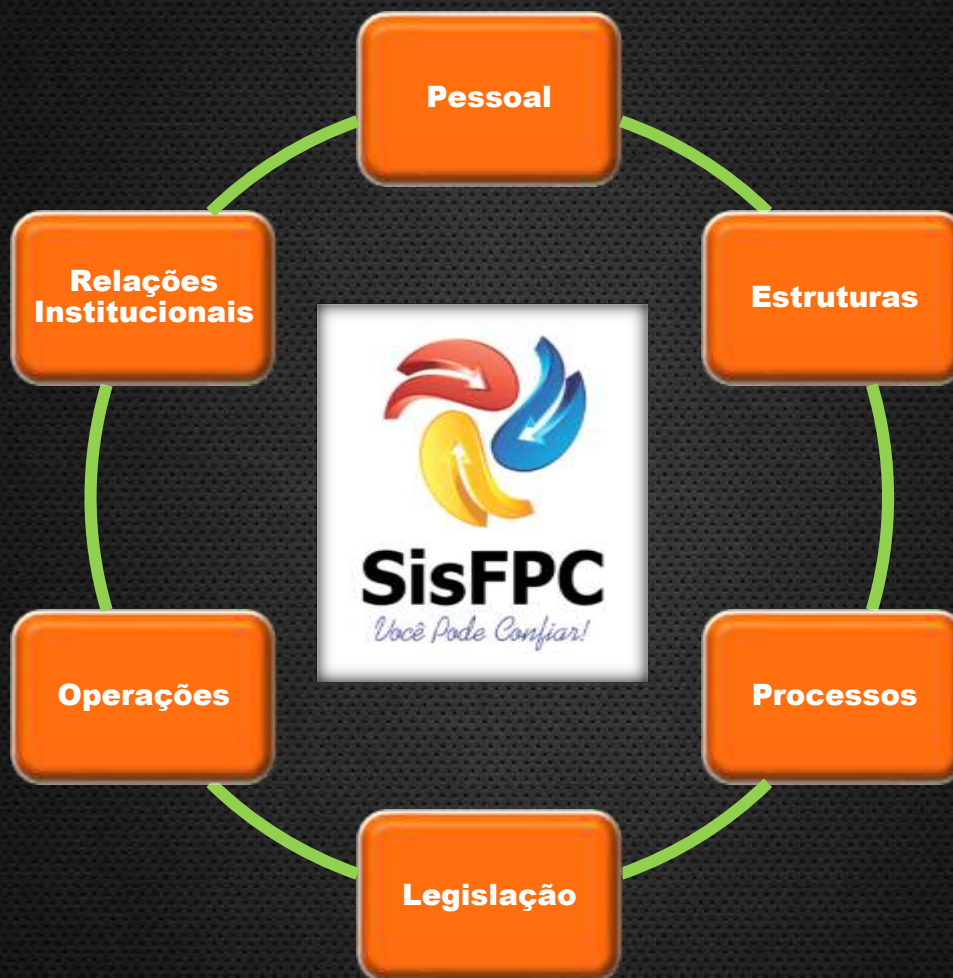


Reuniões Presenciais





PLANOS, PROJETOS e AÇÕES





SisFPC

Você Pode Confiar!